

CRIANÇAS BOLIVIANAS NAS FRONTEIRAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Débora Liberato – Universidade Estadual de São Paulo (USP)

Zilda Marcia Grícoli Iokoi – Universidade Estadual de São Paulo (USP)

RESUMO

O presente artigo objetiva contribuir com a discussão sobre as diretrizes educacionais brasileiras que, apesar dos avanços conquistados com a Lei de Diretrizes e Bases, têm enveredado pelo caminho da massificação, alienando-se das particularidades que cada lugar engloba e que precisam ser consideradas na formulação pedagógica e no desenvolvimento cognitivo dos alunos e da comunidade que compõe o espaço escolar. Além disso, conceitos importantes quando tratamos de identidade cultural no Brasil, como é o caso do conceito de América Latina, são problematizados neste trabalho ao serem suplantados por outros mais modernos, como “países emergentes”, muitas vezes deturpando todo um processo histórico e geográfico. Essa primeira perspectiva curricular corrobora para que o deslocamento sofrido pelos imigrantes latino-americanos presentes nas escolas públicas de São Paulo seja sentida na formação como uma segregação, não necessariamente pela educação, mas muitas vezes pela ausência dela na escola pública. Analisando uma delas, a E.E. Orestes Guimarães, observamos os obstáculos que se erguem desde a estrutura internacional do sistema educacional até o cotidiano escolar. Assumimos aqui o risco de não falarmos em termos numéricos, estatísticos, mas em termos humanos, mais precisamente de crianças e jovens, brasileiros ou estrangeiros, que terão suas vidas marcadas pela experiência escolar.

PALAVRAS-CHAVE

Educação; América Latina; Imigração.

BOLIVIAN CHILDREN OF FRONTIERS BRAZILIAN EDUCATION

ABSTRACT

This article aims to contribute to the discussion about the Brazilian educational guidelines that despite the advances made to the Law of Guidelines and Bases has embarked on the path of massification, alienating themselves from the particularities that encompasses every place and need to be considered in the formulation and pedagogical the cognitive development of students and the community that makes up the school environment. Furthermore, important concepts when dealing with cultural identity in Brazil such as the concept of Latin America are problematized in this work to be supplanted by more modern, as "emerging countries", often misrepresenting an entire historical and geographical process. This first curricular perspective corroborates that the displacement suffered by Latin American immigrants attended public schools in São Paulo is necessarily felt in training as a segregation, not by education, but often the lack of it in public school. Analyzing one of them, E. E. Orestes Guimarães, observe the obstacles that rise from the international structure of the educational system to the school routine. Here we assume the risk of not speaking in numerical, statistical terms, but in human terms, more precisely of children and young people, Brazilians or foreigners, who will have their lives marked by school experience.

KEYWORDS

Education; Latin America; Immigration.

1. INTRODUÇÃO

*Estamos ciegos de ver
Cansados de tanto andar
Estamos hartos de huir
En la ciudad
Nunca tendremos raiz
Nunca tendremos hogar
Y sin embargo ya ves
Somos de aca.
(Los sobrevivientes-Serú Girán)*

Essa pesquisa nasceu da experiência docente nas escolas públicas de São Paulo e da oportunidade oferecida pelo DIVERSITAS, com o núcleo “Fronteiras em Movimento: deslocamentos e outras dimensões do vivido”.

Inicialmente, a pesquisa enfrentou muitos problemas para ser realizada. Existe uma grave falha no diálogo entre a Secretaria da Educação, Diretorias de Ensino e as universidades públicas que pesquisam temas relacionados à educação. Faltam por parte delas, Secretaria e universidades, estabelecerem critérios para a realização de tais pesquisas, assim como o reconhecimento por parte da Secretaria e das demais Diretorias em repensar suas políticas a partir do conhecimento científico gerado pelas universidades.

Dada essa falta de critérios e por leis que legislam sobre os direitos das crianças e adolescentes não foi possível concretizar o registro audiovisual da pesquisa, objetivo do DIVERSITAS, na busca pela voz daqueles que são cotidianamente silenciados pelo medo e pela opressão, ficando a cargo da observação, das conversas e dos questionários com professores e com a equipe gestora sobre o tema, além de uma atividade didática com os alunos da escola E. E. Orestes Guimarães, localizada na Rua Canindé, n. 153, no bairro do Pari na cidade de São Paulo/SP.

Tendo em vista os rumos que a pesquisa tomou, buscamos também no material didático e no currículo escolar elementos que contribuam para a reflexão sobre os

problemas de sociabilidade e de aprendizagem que demonstram ser mais graves com os estudantes latino-americanos.

2. ESTUDO DE CASO

A escola funciona apenas no período diurno, atende desde o Ciclo I até o Ensino Médio, no período matutino e vespertino. Durante a noite a escola não abre, segundo relatos, devido à violência do entorno.

A “clientela”, de acordo com o Plano de Gestão, pertence à classe pobre, sendo constituída em parte (cerca de vinte por cento) por imigrantes e filhos de imigrantes estrangeiros, entre eles: bolivianos, paraguaios, peruanos, equatorianos, chineses e coreanos. Entre brasileiros e estrangeiros uma grande parte vive em moradias precárias como cortiços, favelas e ocupações de sem-teto.

3. ESTRUTURA DA ESCOLA

A escola possui uma infraestrutura insuficiente para atender a demanda, conta com uma biblioteca, uma sala de vídeo, dois equipamentos de *Datashow*, duas quadras, sendo uma coberta, um pátio que os alunos podem percorrer durante o intervalo, cerca de vinte salas de aulas e não há laboratório de ciências.

O número de docentes é de aproximadamente cem, entre efetivos e temporários, que atendem cerca de mil e duzentos alunos.

4. A PESQUISA

Parece ser consenso de que a educação brasileira não se configura em um problema apenas para os estrangeiros. A maior parte das escolas públicas sofrem de um problema generalizado de infraestrutura ruim e de profissionais que são submetidos a péssimas condições de trabalho, como contratos temporários, salários muito baixos, alta rotatividade, entre outros problemas que não nos cabem relatar aqui. Essas péssimas condições, associadas a materiais didáticos duvidosos, se expressam no cotidiano escolar e no desenvolvimento cognitivo dos estudantes configurando uma primeira fronteira na educação pública brasileira.

Este quadro se agrava quando o atendimento educacional atinge alunos estrangeiros – que passam por um processo de *adaptação* em uma sociedade diversa de sua origem e com uma língua estranha a sua e a de seus familiares – sem oferecer uma infraestrutura de suporte, ou seja, o ensino de português para estrangeiros.

Essa construção foi traduzida de outra maneira por Tomasevsky no arcabouço que ficou conhecido como ‘esquema dos 4As’, um conjunto de critérios capaz de unir dimensões necessárias à realização plena do direito humano à educação. Seriam critérios para uma educação disponível, acessível, aceitável e adaptável (os ‘4As’ seriam devido à sigla em inglês: *available, accessible, acceptable and adaptable*) – sem qualquer um deles a educação estaria sendo negada (MAGALHÃES, 2010, p. 102).

Isto posto, podemos assinalar que na escola “Orestes Guimarães” não é diferente, em entrevistas realizadas com professores e com alguns membros da equipe gestora, a principal reivindicação era por aulas extras de português para estrangeiros, além do atendimento psicológico para essas crianças. Isso pode ser explicado pelas frequentes reclamações quanto ao preconceito direcionado às crianças estrangeiras. Uma dessas situações foi presenciada durante a pesquisa quando uma aluna boliviana do Ciclo I chegou chorando na diretoria, reclamando que seus colegas a estavam chamando de “alienígena”.

Vemos esse evento como representativo da segunda fronteira que se coloca entre brasileiros e bolivianos no contexto escolar, não é apenas uma diferenciação quanto ao idioma, aos hábitos, mas um completo estranhamento dos brasileiros em relação às feições indígenas que são menos presentes na região sudeste do Brasil, até mesmo pelo histórico de dizimação das comunidades que aqui viviam. Em outras palavras, desconhecemos nossa história em comum.

Por isso, a primeira fase da pesquisa foi elaborada com a observação da dinâmica escolar, dentro e fora da sala, além do acompanhamento de algumas aulas com os professores.

Durante o período de observação, percebemos um comportamento menos expansivo dos alunos bolivianos em relação aos brasileiros, como não nos era permitido entrevistar os alunos buscamos as razões deste comportamento fora do ambiente escolar, mais propriamente na Casa do Migrante e no seminário “Vozes e olhares

cruzados 2, Imigrantes e refugiados: processos de integração” (08.11.2013), no qual ocorreu um grupo de trabalho sobre educação.

Nas duas ocasiões, na escola e no seminário, tivemos a possibilidade de conversar com crianças e pais, ouvindo os relatos que expunham as diferenças entre a educação brasileira e a de outros países vizinhos. Dentre essas diferenças, destacou-se o nível de bagunça alcançado dentro das salas de aulas, sem a interferência do professor ou com uma interferência pouco efetiva, dificultando a aprendizagem do grupo como um todo. Outra questão abordada é a violência, psicológica e física, contra o imigrante, com ameaças, xingamentos e a cobrança de “pedágios” no entorno da escola para que o aluno possa prosseguir seu caminho.

5. ATIVIDADE PROPOSTA

Quando refletimos sobre crianças e adolescentes em fase escolar e, portanto, numa fase de aprendizagem, de desnaturalização, supomos que preconceitos raciais e xenofóbicos não tem origem especificamente em suas experiências de vida, mas naquilo que ignoram enquanto processo de conhecimento científico, que deveria ser estimulado na educação formal, neste sentido realizamos uma atividade com duas salas de oitava série do período vespertino.

A atividade foi pensada inicialmente com uma discussão a partir do videoclipe e da música Latinoamerica, do grupo argentino Calle 13. No entanto, devido a problemas comunicacionais quanto à única sala de vídeo e ao uso do Datashow, a atividade acabou acontecendo sem essa mediação, o que não a faz menos merecedora de atenção.

Em primeiro lugar, explicamos que as séries foram escolhidas justamente porque no último ano do ensino fundamental II os alunos já tiveram algum contato com o tema “América Latina”, presente no currículo escolar somente em três pontos, ao menos diretamente: na sétima série na disciplina de Geografia e no terceiro ano do Ensino Médio em Geografia e História.

Durante a atividade, solicitamos que os alunos realizassem os seguintes exercícios:

1. Desenhe a América Latina e marque com um ponto onde você se encontra nela.
2. Como você pensa a América Latina? (Principais características, países, etc.).
3. Você se sente latino-americano? Por quê?
4. Você se relaciona com pessoas de outros países? Você gosta?

Para auxiliar os alunos a se localizarem no espaço deixamos o atlas geográfico mundial político aberto, o que acabou sendo mais um obstáculo, já que nele o continente americano é dividido em três: América do Norte, América Central e América do Sul.

Embora muitos deles tenham buscado informações em celulares, o conceito de América Latina, que cada vez é menos popular, os confundiu na execução da atividade, pois muitos consideraram, por exemplo, que os EUA compunham a América Latina. Outros, na questão dois, escreveram que a América Latina devia ser muito pobre, mas que gostariam de conhecê-la! Alguns ainda associaram o conceito à publicidade do “shopping” Dom Pedro como o “maior da América Latina”. Outros, por fim, devido à proximidade da atividade com o dia da “Consciência Negra” (20 de novembro) afirmaram que não eram latinos, mas afrodescendentes. Para agravar a situação, uma das salas relatou que um professor de História havia lhes afirmado que nós, brasileiros, não somos latino-americanos devido ao nosso *status* de “país emergente”.

A partir disso, entendemos que o conhecimento que temos oferecido com base no currículo escolar e no material didático, que chega às escolas, tem sido falho em contar um importante processo histórico compartilhado nessa região, não somente o processo de invasão, de exploração, de dominação que a América Latina sofreu por parte da Europa e posteriormente dos EUA, mas também a história de sua resistência, de seus pensadores, de seus políticos que sonhavam com uma união regional, porque apesar das diferenças que torna cada nação e cada lugar únicos, conseguiam enxergar os traços que nos são comuns. Mas, justo ao contrário, ensinamos aos estudantes a história e a geografia de um discutível desenvolvimento econômico que distancia o Brasil de seus vizinhos.

Essa ideologia de emergência competitiva fundante de um bloco econômico bastante frágil, o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), é disseminada largamente pelos meios de comunicação e corrobora com o preconceito sofrido pelos imigrantes no espaço escolar.

Precisamos atentar para o fato de que mais fragilidade se impõe às ideologias que permeiam o mundo, promovendo a formação de gerações inteiras em cidadãos globalizados, consumidores competitivos e massificados, os quais não conseguem contextualizar o próprio lugar e a própria vida.

Ao mesmo tempo que essa modernização da Educação se apresenta como inovadora e mesmo ‘revolucionária’, no sentido vulgar do termo, ao pretender atingir a ‘integração’ do estudante na sociedade vigente, mantém e aprofunda a relação de dominação e exploração da classe trabalhadora pelas classes dominantes, pois contribui tanto do ponto de vista da realidade concreta, como do ponto de vista ideológico, para o processo de reprodução das relações sociais do capitalismo, confirmando para a escola, não sem contradições, o aparelho ideológico do Estado” (MIRANDA, 1992, p. 71).

Outro obstáculo é a língua, alunos que realizaram a atividade se diferenciaram do restante da América Latina devido à diferença entre o espanhol e o português. Sob este aspecto é notável também que os professores que responderam ao questionário tenham falado sobre a necessidade dos alunos estrangeiros terem aulas extras de português, mas nenhum citou a necessidade de o Estado fazer valer o currículo escolar que prevê o ensino de espanhol nas escolas, as quais continuam recebendo material didático, mesmo sem os professores e sem a disciplina constar na grade horária.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muitas pesquisas de qualidade e com profundidade que merecem a atenção de docentes, gestores e principalmente da Secretaria da Educação e do Ministério da Educação. Pesquisas que precisam ser encaradas como base para transformações no sistema educacional brasileiro, o qual não pode ser concebido como um bloco único, pois cada escola é um expoente do entorno no qual se insere, necessitando de políticas e atenções diferenciadas. Em São Paulo, por exemplo, a questão da migração latino-

americana é pungente e urgente, pois caminha para relações de conflito violentas, alimentadas pela miséria e ignorância que se alastram na sociedade brasileira. Não se trata de tolerar, trata-se de conhecer e de se reconhecer.

Essa díade – tolerância/intolerância que foi construída com o liberalismo no século XIX, já é insuficiente, pois é preciso superar essas duas coisas. O que é superar essas duas coisas? É criar um mundo onde você tenha liberdade, aceitação das singularidades e igualdade. E a igualdade passa por todos os níveis, desde a igualdade econômica, de tal maneira que você não tenha grupos isolados, excluídos, despossuídos; política, onde o poder também seja partilhado; e aí a diversidade cultural pode ser vivenciada, porque a cultura é um atributo das relações simbólicas, ela é o capital simbólico, de foro público. O Estado não pode definir a religião, as tradições, o que é o padrão cultural, o uso da vestimenta, o padrão de criação... senão é o retorno do fascismo (IOKOI, 2004, p. 6).

Não estamos discutindo aqui se o currículo deve existir ou não, essa é uma discussão superada na sociedade brasileira, o currículo existe, direciona e margeia a educação e é necessário para um país tão vasto quanto o nosso, todavia há de se ter liberdade e infraestrutura para se tratar as singularidades, este deveria ser o princípio básico da educação que hoje trata os alunos como clientela, o que pressupõe o conhecimento como mercadoria, expressão comum no Plano Político-Pedagógico.

Todavia, quando olhamos para o projeto nacional de educação verificamos o aprisionamento de gerações inteiras dentro dessas instituições escolares massificadas, superlotadas, com profissionais mal qualificados e subempregados.

O que temos a nossa frente é um grande desafio e a Universidade como instituição precisa fazer frente ao projeto educacional ou ela mesma sucumbirá ao projeto fascista em curso.

A educação precisa ter como princípio fundante a liberdade de viver, como situa o professor e geógrafo Sérgio Gertel *O cidadão do mundo, antes de mais nada, não será desterritorializado, terá que ser mobilizado* (1998, p. 21).

Nossas crianças, e aqui não as diferenciamos quanto ao local de seu nascimento, estão sendo encarceradas, vendo sombras de conhecimento e de informação refletidas em quadros negros, livros e telas. Essa é, para nós, a fronteira final da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

GERTEL, Sérgio. **Geografia, Informação e Comunicação: o meio comunicacional**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

IOKOI, Zilda Marcia G. A Tolerância do Intolerável: reflexo de uma sociedade cínica. **Informativo da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas**, São Paulo, v. 8, p. 5-9, 2004.

MAGALHÃES, Giovanna Modé. **Fronteiras do Direito Humano À Educação: um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2010.

MIRANDA, Maria Eliza. **Educação, Espaço e Poder**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

ORTEGA y GASSET, José. **A Rebelião Das Massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

DÉBORA LIBERATO

Formada em Ciências Sociais pela FCLar-UNESP e em Geografia pela USP.
Atualmente é professora da rede pública estadual de São Paulo.
E-mail: deliber@hotmail.com

ZILDA MARCIA GRÍCOLI IOKOI

Livre-docente do Departamento de História da USP.
Coordenadora do núcleo de pesquisa “Fronteiras em Movimento: deslocamentos e outras dimensões do vivido” (DIVERSITAS).
E-mail: zilda.iokoi@gmail.com

AGRADECIMENTOS

Aos professores, alunos e gestores da E.E. Orestes Guimarães;
Ao DIVERSITAS.